



Pregão Eletrônico: 005/2023		
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO(CBTARCO)		
Processo Seletivo Nº 05/2023.		
Tipo	Menor preço Preço a ser ofertado: Menor VALOR GLOBAL MENSAL	
Base Legal	<p>O presente processo de seleção na modalidade Pregão Eletrônico e as contratações dele decorrentes serão custeados com os recursos da Lei Federal nº 13.756/2018, como repassados ao Comitê Olímpico do Brasil-COB e ao Comitê Paralímpico Brasileiro-CPB e consignados por estes à Confederação Brasileira de Tiro com Arco(CBTARCO), podendo ainda ser usada outra fonte complementar, a critério da contratante.</p> <p>Deste modo, este processo será regido por força do Manual de Gestão de Compras do Comitê Olímpico do Brasil http://sistemas.cob.org.br/ProcessoDeCompras/Arquivos/ManualProcessoDeCompras.pdf ou pelo Regulamento de Aquisições e Contratos/RAC, aprovado pela Resolução CPB nº 02/2018, de 22 de novembro de 2018 https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-22-de-novembro-de-2018-69672034 e, subsidiariamente, pela Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como pela Lei Federal nº10.520, de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade pregão eletrônico, por este Edital e seus Anexos e pelo Regulamento de Sistema Eletrônico de licitações da Bolsa Brasileira de Mercadorias, que as participantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente</p>	
Objeto	<p>Descrição do Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica, especializada em assessoria contábil e fiscal, assessoria de departamento pessoal e outros serviços correlatados para cumprir as demandas da Confederação Brasileira de Tiro com Arco, durante o prazo de 12(doze) meses, podendo ser prorrogável conforme a lei vigente, conforme condições, orientações e exigências, descritas no presente neste Edital e em seus Anexos</p>	
Data da publicação do Edital	13/12/2023	
	Data	Horário
Início do recebimento das propostas	18/12/2023	09:00:00



Fim do recebimento das propostas iniciais	22/12/2023	09:00:00
Abertura e Análise das propostas iniciais	22/12/2023	09:01:00
Início da Sessão de disputa de lances	22/12/2023	10:00:00 *Podendo variar conforme seja necessário, um maior tempo, em relação a análise da proposta cadastrada. Será devidamente comunicado, no chat do pregão.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o <u>horário de Brasília /DF</u> e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.		
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: Setor de processo seletivo: Telefones: (21)2634-8984 Retirada do Edital: Site: http://www.cbтарco.org.br Site: www.novobbmnet.com.br Endereço: Avenida Climaco de Figueiredo, 340. Bairro: Itapeba – Maricá – Rio de Janeiro -RJ – Cep: 24900-001 Solicitação de esclarecimentos: licitacao@cbтарco.org.br E-mail: Ou no site da www.novobbmnet.com.br , procurando o pregão e solicitando esclarecimentos no botão solicitar esclarecimentos.		
Local onde será realizado o pregão: www.novobbmnet.com.br		



Processo Seletivo Nº 05/2023

Pregão Nº 005/2023

1.0 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 – A Confederação Brasileira de Tiro com Arco - CBTARCO e este Pregoeiro, Joel Sousa, designado pela Portaria do dia 01 de novembro de 2023, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 13 de dezembro de 2023, está sendo publicado o referido Edital, com data, horário e local já indicados anteriormente, realizar-se-á processo seletivo na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR VALOR GLOBAL MENSAL**

1.2- O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro externo como mencionado no item 1.1 acima, especialmente contratado pela Confederação Brasileira de Tiro com Arco para tal finalidade, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BBMNet Licitações", constante da página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br.

2.0 - DO OBJETO:

2.1- Contratação de Pessoa Jurídica, especializada em assessoria contábil e fiscal, assessoria de departamento pessoal e outros serviços correlatados para cumprir as demandas da Confederação Brasileira de Tiro com Arco, durante o prazo de 12(doze) meses, podendo ser prorrogável conforme a lei vigente, conforme condições, orientações e exigências, descritas no presente neste Edital e em seus Anexos

2.2- A tabela de serviços abaixo, contendo as especificações dos serviços, a quantidade estimada, os valores unitários respectivos e o VALOR GLOBAL MENSAL estimado deverá servir de base para a formação dos preços das participantes, que devem apresentar VALOR GLOBAL MENSAL somados todos os serviços:

Item	Especificação	Valor Unitário MENSAL R\$	Valor Total ANUAL R\$
1	Contratação de Pessoa Jurídica, especializada em assessoria	R\$ 8.957,47	R\$ 107.489,64



	contábil e fiscal, assessoria de departamento pessoal e outros serviços correlatados para cumprir as demandas da Confederação Brasileira de Tiro com Arco, durante o prazo de 12(doze) meses, podendo ser prorrogável conforme a lei vigente, conforme condições, orientações e exigências, descritas no presente neste Edital e em seus Anexos		
--	---	--	--

VALOR GLOBAL MENSAL ESTIMADO A SER OBTIDO PELA SOMA DOS VALORES CORRESPONDENTES À SOMA DE TODOS OS SERVIÇOS LISTADOS E SEUS DEVIDOS ENCARGOS.

3.0 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1- As despesas com o contrato serão custeadas com os recursos das loterias federais, nos termos da Lei Federal nº 13.756/2018, repassados ao Comitê Paralímpico Brasileiro e consignados por estes à Confederação Brasileira de Tiro com Arco (CBTARCO), podendo ser usada fonte complementar, a critério da contratante.

4.0 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

4.1- Decai do direito de solicitar esclarecimentos dos termos do Edital deste processo seletivo perante a CBTARCO, o participante que não o fizer antes do segundo dia útil que anteceder a data fixada para o fim do recebimento das propostas iniciais.

5.0 - DA IMPUGNAÇÃO:

5.1- Qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, dirigindo a impugnação por escrito ao seguinte endereço: Avenida Climaco de Figueiredo, 340. Bairro: Itapeba - Maricá -Rio de Janeiro -RJ - Cep: 24900-001. As impugnações deverão ser protocoladas na área de compras/licitações. Caso a impugnação ou esclarecimento seja encaminhado por e-mail, deverá o proponente certificar-se de que foi recebido através do e-mail licitacao@cbtarco.org.br, eximindo o Pregoeiro de qualquer responsabilidade por e-mails identificados automaticamente como spam ou similar.



5.1.1- Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contados do seu recebimento via e-mail.

5.2- Decai do direito de impugnar os termos do Edital de processo seletivo, o participante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.

6.0 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

6.1- Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seu anexo.

6.1.1- O processo de seleção a que se refere este Edital poderá ser adiado, revogado ou anulado, a critério da CBTARCO, mediante aviso às participantes, notadamente caso ocorra insuficiência de repasse dos recursos financeiros à entidade, sem que caiba às participantes qualquer direito à indenização ou reparação de qualquer espécie.

6.2- Estarão impedidos de participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo seletivo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

6.2.1- Estejam constituídos sob a forma de consórcio, ou grupo de empresas;

6.2.2- estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária ou de impedimento de licitar e de contratar, impostas ou que tenham sido declarados inidôneos por qualquer órgão público ou suspensa pelo Confederação Brasileira de Tiro com Arco. Também não poderão participar deste certame, empresas que tenham no seu quadro societário pessoas físicas ou jurídicas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam empregados da CBTARCO ou que participem de suas diretorias ou conselhos, bem como parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau destes, nos termos do Manual de Compras do Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB.

6.2.3- Estejam sob falência, recuperação judicial e extrajudicial, dissolução ou liquidação e não haja plano de recuperação concedido ou homologado judicialmente;

6.2.4- Isoladamente ou em consórcio, tenham participado da elaboração do projeto básico ou executivo deste Edital;

6.2.5- Sejam dirigentes da entidade contratante ou responsável pelo repasse dos recursos financeiros;

6.2.6- Não será permitida a participação neste processo seletivo de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

6.2.7- Não poderá participar, direta ou indiretamente, do processo seletivo ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários.

7.0 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:



7.1- O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

7.1.1- Coordenar os trabalhos da equipe de apoio;

7.1.2- Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

7.1.3- Abrir as propostas de preços;

7.1.4- Analisar a aceitabilidade das propostas;

7.1.5- Desclassificar propostas indicando os motivos;

7.1.6- Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

7.1.7- Verificar a habilitação do proponente;

7.1.8- Declarar o vencedor;

7.1.9- Receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;

7.1.10- elaborar a ata da sessão;

7.1.11- encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

7.1.12- abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

7.2- O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário das 10h às 18h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, através do e-mail licitacao@cbtarco.org.br, em caso de dúvidas, observado o estabelecido no texto introdutório deste Regulamento.

7.3- Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

8.0 - CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES:

8.1- Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto as unidades da Bolsa Brasileira de Mercadorias, sediadas no País.

8.2- Os procedimentos para credenciamento e obtenção de chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no Sistema de Licitações no endereço www.novobmnet.com.br, acesso "participantes (fornecedores)".



8.3- As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no Sistema Eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos participantes, por telefone, chat, e-mail ou mensagens de texto através do endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br .

8.3.1- Telefones da BBMNET: Central de atendimento São Paulo (11)3113-1900 ou por WhatsApp (11) 99837-6032.

8.4- A chave de identificação e a senha terão validade de acordo com as normas e procedimentos previstos no Regulamento do sistema eletrônico BBMNet licitações e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa Brasileira de Mercadorias, por ato devidamente justificado.

8.5- As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a Termo de Adesão, conforme regulamento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no “BBMNet Licitações”. A participação pode ser dar como participante direto ou ser representado por uma de corretora associada.

8.6- Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.7- É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Confederação Brasileira de Tiro com Arco ou a Bolsa Brasileira de Mercadorias a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.8- O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

8.9- O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do participante que pagará a Bolsa Brasileira de Mercadorias, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade.

8.10- A taxa de utilização de Sistema constitui receita exclusiva da Bolsa para ressarcimento dos custos de desenvolvimento, atualização e manutenção do Sistema e não representa emolumentos ou taxa pelo serviço prestado, nos termos do art. 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002.

8.11- As corretoras que participarem como representantes de participantes perante o Sistema poderão negociar livremente a cobrança de outros valores a título de corretagem pelos serviços prestados.

9.0 - PARTICIPAÇÃO:



9.1- A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio www.novobbmnet.com.br , opção "Login", observando data e horário limite estabelecidos.

9.1.1- As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até data e horário definidos para a abertura das propostas, conforme indicação na primeira página deste Edital.

9.2- Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.3- Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos participantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.3.1- Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via "chat" do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

9.4- Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame, através do chat.

9.5- O andamento do procedimento de processo seletivo entre a data de abertura das propostas e a homologação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal www.novobbmnet.com.br, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de participantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

10.0 - DA PROPOSTA DE PREÇOS:

10.1- O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances.

10.1.1- Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR VALOR GLOBAL MENSAL**, somadas todos os serviços, observado o prazo para a prestação do serviço/fornecimento do produto, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

10.2- As propostas deverão contemplar todos os serviços listados neste Edital, não sendo possível a um participante enviar preço para apenas parte dos serviços, devendo ainda indicar prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura deste processo seletivo.

10.2.1- Ao apresentar sua proposta, o participante concorda especificamente com as seguintes condições:



10.2.1.1- Os serviços ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital, Termo de Referência e seus Anexos.

10.2.1.2- Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico, atentando para a solicitação do **VALOR GLOBAL MENSAL** da proposta, que deverá ser cadastrado no valor proposto. Caso a CBTARCO solicite os valores unitários, deverão ser cadastrados de modo que os valores somados tenham como produto o valor total automaticamente, caso a CBTARCO solicite mais itens, esses itens deverão ser cadastrados um a um e o sistema irá solicitar que clique no sinal de mais que estará em verde e coloque o preço unitário que o mesmo será calculado e atualizado ao final do preenchimento total dos itens.

10.2.1.3- Não serão aceitas propostas com exigência de faturamento mínimo, material sujeito a confirmação de estoque, entrega venda prévia, ou quaisquer outras condicionantes dessa natureza.

10.2.1.4- Até a abertura da sessão, a participante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

10.3- Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a participante deverá preencher as informações do item 10.2 e seus subitens, no campo "**FICHA TÉCNICA**" ou anexá-las por meio de arquivo eletrônico no campo apropriado do sistema da Bolsa Brasileira de Mercadorias, **sendo vedada a identificação do participante por qualquer meio**. Quando for o caso, deverá apenas informar se a empresa é ME/EPP.

10.3.1- No preenchimento da proposta eletrônica, conforme ANEXO XIII – FICHA TÉCNICA DESCRITIVA, deverão, obrigatoriamente, ser informadas nos campos próprios a QUANTIDADE, UNIDADE, ESPECIFICAÇÕES, E Valor Unitário e **VALOR GLOBAL MENSAL** (com no máximo 2 casas decimais após a vírgula) dos produtos ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do produto. A não inserção de arquivos ou as informações de cada produto nos campos próprios implicará na desclassificação do item correspondente na proposta da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

10.3.2- O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no ANEXO I;

10.3.3- A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão e deverá estar constando no documento, juntamente com a data, sob pena de desclassificação do certame.

10.3.4- A proposta encaminhada pelo sistema eletrônico deverá ser no formato Word e/ou Excel, sendo salvo preferencialmente em PDF, sob pena de desclassificação aquela encaminhada em outros formatos que o pregoeiro não consiga a sua visualização no sistema eletrônico;

10.3.5- Os documentos anexados durante a inserção da proposta, não poderão ser identificados, ou seja, não será admitida a veiculação do nome, de seus representantes legais e/ou suas assinaturas, bem como será vedada a utilização de material timbrado, ou qualquer outro meio que facilite a identificação do participante;



10.4- Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre a prestação de serviços ora pretendido.

11.0 - ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES:

11.1- A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio já indicado no item 9.1 e subitens, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

11.1.1- Na análise das propostas iniciais cadastradas, os participantes deverão estar logados no sistema, para o caso de ser perguntado via chat sobre dúvidas na proposta ou até mesmo o cancelamento das mesmas, para a devida retificação.

11.1.1.1- As propostas comerciais que atenderem aos requisitos deste Edital serão verificadas pelo pregoeiro quanto a erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma, o pregoeiro efetuará o cancelamento da proposta no sistema, para que seja corrigida:

11.1.1.1.2- Se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso;

11.1.1.1.3- Se for constatada discrepância entre o VALOR GLOBAL MENSAL e a soma dos preços unitários pela quantidade correspondente;

11.1.1.1.4- Se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão;

11.1.1.1.5- Caso a participante não aceite as correções realizadas, sua proposta comercial será desclassificada.

11.1.1.1.6- O prazo para atendimento deste processo seletivo é o constante no formulário para proposta comercial e deverá ser rigorosamente obedecido, ficando cientes os participantes que estarão sujeitos às penalidades prevista neste Edital, em caso de atraso dos mesmos.

11.1.2- Na fase de análise de propostas, os participantes não poderão dar lances no sistema, ficando bloqueados para cobrirem o lance do menor lance registrado.

11.1.2.1- O participante que tiver o cancelamento da proposta efetuado e recadastrar a mesma com o lance menor do que foi colocado inicialmente, trocando por tanto o lance efetuado, ao analisar que tinha uma proposta menor, será desclassificado do certame, por ter efetuado lance em fase diferente da fase de lances.

11.2- Aberta a etapa competitiva, os representantes dos participantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.2.1- Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos participantes serão consideradas lances.



11.2.2- Cada participante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado.

11.2.3- Cada participante poderá oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

11.2.4- A comunicação entre o pregoeiro e as participantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico, denominado CHAT.

11.2.4.1- O participante que durante a fase de análise de propostas iniciais, suspensão do processo seletivo para averiguação das fichas técnicas cadastradas, ou suspensão do processo seletivo por qualquer motivo, seja essas fases anteriores a indicação do vencedor; o participante que entrar em contato por telefone, e-mail ou pessoalmente com o pregoeiro, falando sobre o seu número de participante ou sua proposta cadastrada, será automaticamente desclassificado, por estar ferindo a regra de confidencialidade do pregão.

11.2.4.2- O participante que entrar em contato na fase de lances por telefone ou e-mail, falando o seu número de participante por qualquer motivo, será automaticamente desclassificado, por estar ferindo a regra de confidencialidade do pregão.

11.3- O pregoeiro comunicará aos participantes, após a abertura da sala de disputa, se existem propostas consideradas inexequíveis, assim como durante a fase de lances, caso em que o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível, nos termos do item 12.7.4“e”.

11.4- O sistema apresentará apenas o melhor lance de cada participante durante a sessão pública.

11.5- O tempo normal de disputa será encerrado automaticamente pelo sistema.

11.6- Sendo iniciado o tempo denominado PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA, no qual consiste um tempo aleatório do sistema no qual será alterado na fase para “Dou-lhe uma”, no qual os participantes terão o tempo para enviar lances, o não envio de lances o sistema automaticamente passa para o “Dou-lhe duas”, no qual os participantes terão o tempo para enviar lances, o não envio de lances, ocasiona a automática aceitação da melhor proposta. Ocorrendo lances dentre as fases, volta-se automaticamente para o “Dou-lhe uma” respeitando novamente os prazos de tempo, a disputa somente se encerra com a falta de cobertura do menor lance dado.

11.7- Diante da imprevisibilidade de tempo, não podemos precisar o tempo a ser feito cada lance.

11.8- O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

11.8.1- Caso o lance da empresa vencedora seja dado por uma grande empresa no pregão de ampla participação e a subsequente seja uma micro ou pequena empresa, que estiver dentro do estipulado de 5% pela Lei Complementar 123/2006 e atualizada pela Lei Complementar nº 147/14, o sistema informará automaticamente do desempate, tendo o participante ME/EPP o prazo máximo de



5 (cinco) minutos para cobrir o lance vencedor ou então declinar do seu direito via chat, para que o pregoeiro possa ter ciência.

11.8.1.1- Para efeito do disposto no subitem 11.8.1 acima, ocorrendo o empate, serão adotados os seguintes procedimentos:

11.8.1.1.1- A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

11.8.1.1.2- Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem acima, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.8.1.2- Ocorrendo empate de lances entre microempresas e empresas de pequeno porte, a CBTARCO reserva-se no direito de efetuar sorteio para definir o melhor classificado, conforme as regras abaixo:

11.8.1.2.1- Somente empresas que apresentaram lances iguais no sistema e se enquadrem nas devidas regras de preferência da Lei Complementar nº 147/14, empresas optantes pelo simples nacional, microempresas e empresas de pequeno porte, será solicitada que todas as empresas que estejam aptas para o sorteio, encaminhem todas as suas documentações de habilitação respeitando as regras de tempo constante neste Edital, as que forem aprovadas as suas documentações, estarão aptas para o sorteio.

11.8.1.2.2- O sorteio ocorrerá em local e data a ser informado as empresas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

11.8.1.2.3- As empresas que forem consideradas habilitadas e aptas a prosseguir no sorteio, depois da comunicação via chat pelo pregoeiro, assim como o endereço e o horário que será feito o mesmo, deverão encaminhar a confirmação da presença no sorteio.

11.8.1.2.4- Os representantes das empresas deverão apresentar Procuração para fins específicos, assim como cópia do documento de identificação, para poderem representar suas empresas no sorteio. Esses documentos ficaram retidos, para serem anexados junto aos documentos físicos.

11.8.1.2.5- Será dado um prazo de 30 (trinta) minutos para que as empresas façam vista das documentações dos concorrentes, para que futuramente após o sorteio, possam colocar em campo próprio, a intenção de interpor recurso.

11.8.1.2.6- As empresas que não estiverem participando do sorteio por não terem sido convocadas, poderão comparecer para fazer vista da documentação e acompanhar o respectivo sorteio.

11.8.1.2.7- Declarado o vencedor do certame, a ata será apresentada para que todos os participantes e pessoas presentes, possam rubricar e assinar, a mesma será publicada integralmente



no sistema para que todos possam ter acesso e será comunicado o prazo no qual será aberta a fase de interposição de recursos.

11.8.1.2.8- A critério da CBTARCO o sorteio poderá ser filmado e/ou fotografado, sendo estas mídias arquivadas na sede da CBTARCO, podendo ser divulgada nas redes sociais da CBTARCO, caso necessário.

12.0 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

12.1- O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "**menor VALOR GLOBAL MENSAL**", podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao participante que tenha apresentado o lance de menor VALOR GLOBAL MENSAL, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

12.2- Após o encerramento da sessão de disputa e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, o Pregoeiro negociará a redução do preço com o seu detentor.

12.3- Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o pregoeiro comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta. O Pregoeiro verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas nos itens 13.0 e 14.0 abaixo, deste Edital.

12.3.1- O participante detentor da melhor proposta deverá apresentar, no **prazo máximo de 2 (duas) horas** após o término da sessão de disputa de lances do pregão, via e-mail do pregoeiro indicado na primeira folha deste Edital, a proposta final de preços, todos os documentos de habilitação elencados no item 13.0 deste Edital, bem como eventual documentação específica constante do Anexo I (Termo de Referência).

12.3.2- A proposta final (contendo a especificação completa do objeto, em conformidade com as exigências do Anexo I deste Edital), juntamente com todos os documentos originais ou suas cópias autenticadas deverão ser protocolados, no prazo de **até 03 (três) dias consecutivos**, contados a partir do término da sessão de disputa, no seguinte endereço: Avenida Climaco de Figueiredo, 340. Bairro: Itapeba - Maricá -Rio de Janeiro -RJ - Cep: 24900-001– Confederação Brasileira de Tiro com Arco, ou encaminhados no mesmo prazo através de serviço de postagem, obrigatoriamente do tipo SEDEX ou através do endereço: licitacao@cbtarco.org.br ou outro método de entrega rápida equivalente.

12.3.2.1- A empresa ao ser declarada vencedora e estar apta a enviar a documentação original, deverá encaminhar em conjunto, o Edital e seus anexos impressos, com todas as folhas devidamente rubricadas, para ciência de todas as informações que constam nele. É um item obrigatório, que deve constar no envelope, em conjunto com os demais documentos.

12.3.2.2- Os prazos indicados nos itens 12.3.1 e 12.3.2 iniciam-se simultaneamente, devendo os participantes cumprir ambos. **Independente de manifestação do pregoeiro sobre a documentação encaminhada por e-mail**, o envio (ou protocolo) dos documentos originais, ou suas cópias autenticadas, é sempre obrigatório.



12.3.3- No caso de desclassificação do participante arrematante, o novo participante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos nos itens 12.3.1 e 12.3.2, a contar da convocação pelo pregoeiro através do chat de mensagens.

12.3.4- A inobservância aos prazos elencados nos itens 12.3.1 e 12.3.2, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste Edital ensejará inabilitação do participante e conseqüente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

12.3.5- A proposta de preços descrita nos subitens anteriores deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo representante legal da participante.

12.3.6- No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a eficácia para fins de habilitação e classificação;

12.3.7- Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas ao processo de seleção, sem prejuízo das demais formas de publicidade entendidas necessárias pela CBTARCO.

12.3.8- Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Confederação Brasileira de Tiro com Arco, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta.

12.4- Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o participante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

12.5- Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis.

12.6- Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do participante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados.

12.7- Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, inclusive as exigências de habilitação, o participante será declarado vencedor do certame pelo Pregoeiro.

12.7.1- Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a participante que oferecer o MENOR VALOR GLOBAL MENSAL, somadas todos os valores, considerando a quantidade estimada no **Anexo 01**, com um valor para cada item, além de um valor total, computando todos os custos diretos e indiretos, todas e quaisquer despesas fiscais, incluindo, mas não se limitando a taxas, impostos,



tributos e contribuições, bem como eventuais despesas financeiras extras e/ou necessárias à execução dos serviços/ objeto deste Processo Seletivo.

12.7.2- O preço deverá ser completo e suficiente para pagar a totalidade dos objetos/serviços ora contratados, bem como para garantir o cumprimento de todas as obrigações aqui assumidas pelo Proponente que vier a ser contratado.

12.7.3- Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital.

12.7.4- Serão também rejeitadas as propostas que:

- (a) Forem incompletas, isto é, não contiverem informação (ões) suficiente (s) para permitir a perfeita identificação do produto ou serviço objeto do processo seletivo;
- (b) Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequível, conforme avaliação do Pregoeiro.
- (c) Que não atendam aos requisitos estabelecidos por este Edital e pelo Termo de Referência (Anexo 01).
- (d) Deixarem de considerar qualquer serviço necessário a plena execução do objeto deste Edital.
- (e) Sejam inexequíveis. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

12.7.5- Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a. questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b. pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- c. verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- d. estudos setoriais;
- e. consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- f. análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;



g. demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

12.8- **Caso seja julgado necessário**, a Confederação Brasileira de Tiro com Arco, poderá solicitar outras informações para avaliar a capacidade da proponente de executar os serviços de acordo com as necessidades do CBTARCO. O não envio das informações solicitadas em um prazo de 72 horas da solicitação poderá implicar na desclassificação da empresa para o(s) item(ns) cotado(s);

12.8.1- A Confederação Brasileira de Tiro com Arco se reserva no direito de solicitar a realização de testes e visita técnica (**quando pertinente**), do participante classificado provisoriamente em primeiro lugar, em relação aos serviços ofertados que serão submetidos à análise Técnica para aferir se atendem as especificações contidas no Edital.

12.8.2- A visita técnica poderá ter seus custos pagos pela participante classificada provisoriamente em primeiro lugar, a critério da CBTARCO.

12.8.3- Caso existam documentos escritos em língua estrangeira, os mesmos deverão ser apresentados traduzidos para a língua portuguesa, através de tradutor juramentado.

12.8.4- Os pareceres técnicos elaborados a partir dos resultados dos testes, serão arquivados na Confederação Brasileira de Tiro com Arco e poderão subsidiar avaliações dos materiais em processos futuros.

13.0 - **DA HABILITAÇÃO:**

13.1- A empresa detentora da proposta de menor preço deverá apresentar, enviando pelo e-mail licitacao@cbtarco.org.br no momento da adjudicação no prazo máximo de 2 horas e posteriormente quando solicitado na fase de homologação, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, envelope indevassável e lacrado, constando, obrigatoriamente, da parte externa, a indicação abaixo, para o endereço da Confederação Brasileira de Tiro com Arco, endereço: Avenida Climaco de Figueiredo, 340. Bairro: Itapeba - Maricá -Rio de Janeiro -RJ - Cep: 24900-001, os seguintes documentos comprobatórios de habilitação e qualificação:

ENVELOPE HABILITAÇÃO E PREÇO
Pregão Eletrônico 005/2023
Razão social, Endereço da sede da empresa e e-mail
para confirmação de recebimento

13.2- O pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à exigência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria – Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União –TCU
- d) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa participante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável, pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.3- O envelope deverá conter, em originais ou cópias autenticadas, os documentos especificados a seguir:

13.3.1- Para Habilitação Jurídica (todos os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, quando pertinente):

(a.1.) registro comercial, no caso de empresa individual;

(a.2.) No caso de Empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis – a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

(a.3) MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor individual –CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

(a.4) Sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada –EIRELI: Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores

(a.5) Microempresa ou empresa de pequeno porte: Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

(a.6) Cooperativa: Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº5.764 de 1971;

(a.7) Empresa Estrangeira: Decreto de Autorização; inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.



(b) ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais (empresariais), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios da eleição dos atuais administradores;

(c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

(d) Documento de identidade dos sócios e dos representantes legais, conforme o caso.

13.3.2- Para Qualificação Econômico-Financeira:

(a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

(b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

(c) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade. Comprovação do balanço patrimonial será feita da seguinte forma:

(d) No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do município da sede da empresa;

(e) No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial.

13.3.3- O participante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1 Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$ $SG = AT / (PC + ELP)$

$LC = AC / PC$



Onde: AC= Ativo Circulante RLP= Realizável a Longo Prazo PC= Passivo Circulante ELP= Exigível a Longo Prazo AT= Ativo Total

13.3.3.1- A empresa que apresentar resultado menor ou igual a 1 (um) em quaisquer dos índices - Liquidez geral - LG, Solvência Geral - SG e Liquidez Corrente - LC, bem como a que apresentar falta de dados para cálculo dos índices, fica obrigada a comprovar Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação.

13.3.3.2- O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

13.3.3.3- Planilha de custos que demonstre a compatibilidade entre os custos e as receitas estimadas para a execução do serviço, nos termos do art. 7º da IN nº3, de 11 de fevereiro de 2015 do MPOG/SLTI.

13.3.4 - Para Regularidade Fiscal:

(a) - inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

(b) Inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital;

(c) Documento comprobatório de regularidade fiscal junto à União Federal, inclusive Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), Certidão relativa a Contribuição Previdenciárias e Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

(d) Certidões de regularidade de situação para com as Fazendas: Federal, mediante a certidão conjunta, emitida pela Secretária da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à dívida ativa na União, por elas administrados; as Fazendas Estadual e Municipal ou do Distrito Federal do domicílio/sede da participante;

(e) Certidão específica, emitida pela Secretária da Receita Federal do Brasil, quanto às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91, às contribuições instituídas a título de substituição e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em dívida ativa do Instituto Nacional de Seguro Social e da União;

13.3.4.1- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto deste processo seletivo, deverá comprovar mediante a apresentação da declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma de lei;

13.3.4.2- As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos participantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data de abertura da seção pública.



13.3.3.3- As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em processos como o presente, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição

13.3.4.4- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da CBTARCO, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

13.3.5 - Para Regularidade Fiscal Trabalhista:

(a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Art. 642-A da CLT), ou de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa (Art. 642-A, § 2º da CLT);

13.3.6 - Para Qualificação Técnica:

(a) No mínimo de 1(Um) atestado ou declaração de capacidade técnica, expedido por órgão ou entidade da pública ou por empresas privadas que comprovem que a empresa prestou, ou vem prestando, a contento, os serviços compatíveis com o objeto da contratação; e deverá conter conforme abaixo:

(b) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste processo seletivo, através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo no mínimo os seguintes dados:

(b.1) Nome, endereço completo, com telefone da empresa emitente e assinatura do responsável;

(b.2) Objeto do contrato;

(b.3) Afirmação de que a empresa prestou serviços corretamente, atendendo a todas as condições contratuais;

(c) O participante poderá ser solicitado a disponibilizar, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, sendo necessária apresentar dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços.

(d) Comprovar que dispõe de uma equipe composto de 1 gestor sênior e 2 colaboradores de nível analista (Contábil, Fiscal, Tributário, Trabalhista e Previdenciária), que estarão dedicados ao atendimento das demandas do CBTARCO. Esta comprovação dar-se-á mediante apresentação de certificado de órgão da classe ou contrato de prestação de serviços em prazo equivalente ou contrato de trabalho (CLT) e/ou contrato social de empresa que é sócio.



13.3.6.1- O pregoeiro poderá promover diligências destinadas à comprovação dos atestados fornecidos, solicitando apresentação de notas fiscais, contratos ou outros documentos que julgar necessário;

13.3.7 Declarações:

(a) Proposta de Preços escrita, com os mesmos valores oferecidos após a etapa de lances, em 03 (três) vias, rubricadas em todas as folhas e a última com data e assinada pelo Representante Legal da participante já citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e e-mail, número de agência de conta bancária, os valores dos impostos considerados na formação do preço e prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais

(b) Declaração de pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, de Inexistência de Fatos Impeditivos, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregados menores e de que não está suspenso seu direito de licitar e contratar com a Administração Pública ou com a CBTARCO, nem foi por ela declarada inidônea, conforme modelo ANEXO 03;

(c) Declaração de Ciência, conforme modelo Anexo 05;

(d) Declaração de fato superveniente, conforme modelo Anexo 06;

(e) Declaração de inexistência de trabalho escravo e exploração de mão de obra infantil e adolescente, conforme modelo Anexo 07;

(f) Declaração sobre Empregado Menor, conforme modelo constante no anexo VII;

13.3.7.1- Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda por meio de cópia simples, a ser autenticada, mediante conferência com os originais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

13.3.7.2- Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos os mesmos serão considerados válidos se emitidos em até 180 dias.

13.3.7.3- Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.3.7.4- Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado;

13.3.7.5- Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente estar de acordo com o consulado;



13.3.7.6- Para comprovação da condição de microempresa, empresa de pequeno porte e Eireli, o pregoeiro consultará o Portal de Transparência do Governo Federal para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no art. 3º, e seus incisos, da Lei Complementar nº123/06, ou o limite proporcional previsto no art. 3º, § 2º, da mesma lei, em caso de início da atividade no exercício considerado, procedendo –se, se for o caso, à desclassificação da empresa e à instauração de processo de apuração de penalidade;

13.3.8- O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da participante, em qualquer tempo, no curso do processo seletivo, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

13.3.9- A falta de qualquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da participante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo pregoeiro.

13.4- O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo estabelecido no item 11.1 deste Edital autoriza o Pregoeiro a convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente, ficando a Participante sujeita às penalidades previstas na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, pela não apresentação dos documentos solicitados e exigidos no Edital, sem prejuízo da reparação dos danos causados.

13.5- O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo estabelecido no item 13 e seus subitens, deste Edital autoriza o Pregoeiro a convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente, ficando a participante sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, pela não apresentação dos documentos solicitados e exigidos no Edital, sem prejuízo da reparação dos danos causados.

13.6- A Confederação Brasileira de Tiro com Arco, reserva-se no direito de efetuar visita técnica a sede da empresa vencedora, assim como efetuar testes com a contratada antes da homologação do pregão, para conferir se todas as informações prestadas, assim o nível de serviço que será prestado, os itens solicitados e a estrutura, estão de acordo com o solicitado no Edital. Os custos da visita e demais custos adicionais de deslocamento são de inteira responsabilidade da empresa vencedora do certame.

14.0 – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS:

14.1- O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte, às microempresas e às cooperativas de que tratam a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

14.1.1- Os participantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, no ato do cadastramento da proposta inicial, marcando o campo ME/EPP simples ou quando tiver o no regulamento do órgão o campo ME/EPP regional (caso se enquadre nessa modalidade) do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.



14.1.1.1- O participante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

14.1.2- Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

14.1.2.1- Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de participante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

14.1.2.2- Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa. Nesse caso, o pregoeiro convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação, na forma dos itens 12.3.1 e 13.0 deste Edital.

14.1.3- Caso ocorra a situação de empate descrita no item 14.1.2.1, o sistema automaticamente convocará o representante da empresa de pequeno porte, da microempresa ou da cooperativa mais bem classificada, imediatamente e por meio do sistema eletrônico, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado no prazo de cinco minutos.

14.1.3.1- Caso a participante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que porventura possuam lances ou propostas na situação do item 14.1.2.1 deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.

14.1.3.2- A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que primeiro apresentar lance inferior ao menor lance ofertado na sessão de disputa será considerada arrematante pelo pregoeiro, que encerrará a disputa na sala virtual, passando a correr o prazo para apresentação da documentação de habilitação e da proposta de preços, conforme item 12.3.1 deste Edital.

14.1.3.3- O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada participante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.

14.1.4- Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de participante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, seja desclassificada pelo pregoeiro, por desatendimento ao Edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.

14.1.4.1- Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima participante não enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, observado o previsto no item 14.1.2.2.

14.1.4.2- No caso de o sistema eletrônico não convocar automaticamente a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, o pregoeiro o fará através do "chat de mensagens".



14.1.4.3- A partir da convocação de que trata o item 14.1.4.2, a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, terá o prazo de 5 minutos para informar o seu valor, à então mais bem classificada, através do “chat de mensagens”, sob pena de preclusão de seu direito.

14.1.1.4- Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa exercite o seu direito de apresentar proposta inferior a mais bem classificada, terá, a partir da apresentação desta no “chat de mensagens”, o mesmo prazo de para encaminhar a documentação de habilitação e proposta de preços, conforme item 12.3.1 deste Edital.

14.1.5- O julgamento da habilitação das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas obedecerá aos critérios gerais definidos neste Edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.

14.1.6- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas um prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados a partir da notificação da irregularidade pelo pregoeiro. O prazo de 05 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado por igual período se houver manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial.

15.0 – INTENÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS E ENVIO DOS RECURSOS:

15.1- A manifestação da intenção de recorrer deve ser formalizada em campo específico do sistema contido no site www.novobbmnet.com.br.

15.1.1- Todos os procedimentos que antecedem a manifestação de recurso, serão informados pelo chat, com as respectivas datas e dias de retorno, para que todos tenham a transparência das informações.

15.1.2- A fase de manifestação de recursos somente será aberta após o recebimento da documentação e conferência da mesma.

15.1.2- O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos participantes classificados e desclassificados.

15.1.3- O participante terá 03 (três) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à manifestação da intenção de recurso, para protocolar, no endereço da sede da CBTARCO, a peça recursal original acompanhada do contrato social ou do instrumento de procuração que conceda poderes de representação da empresa neste processo seletivo. Assim como o envio através do e-mail e anexado no campo de upload do sistema, para que os demais participantes possam apresentar sua contrarrazão em cima da peça recursal original. Os demais participantes ficarão, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

15.1.4- Todos os recursos e contrarrazões serão protocolados e ficaram disponíveis para vistas na pasta do processo.

15.2- A falta de manifestação imediata e motivada importará decadência do direito de recurso.



15.3- Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

15.4- Os recursos e contrarrazões de recurso de qualquer natureza devem ser endereçados ao Pregoeiro, por e-mail e em via original, para a sede da Confederação Brasileira de Tiro com Arco-CBTARCO o qual deverá receber, examinar e submetê-los à autoridade competente que decidirá sobre sua pertinência. O recurso e as contrarrazões devem fazer menção ao número do Pregão Eletrônico da CBTARCO.

15.5- O recurso contra decisão do pregoeiro tem efeito suspensivo em relação ao objeto do processo seletivo objeto da contestação.

15.6- O acolhimento do recurso importa a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

16.0 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

16.1- Em caso de recurso, caberá Autoridade Competente a adjudicação do objeto ao participante declarado vencedor e o proceder com a homologação.

16.2- Não havendo recursos, o pregoeiro fará a adjudicação do participante vencedor.

16.3- A homologação é ato de competência da autoridade que determinou a abertura do procedimento.

17.0 - DA CONTRATAÇÃO:

17.1- A empresa deverá comparecer no prazo que vier a ser estipulado pela CBTARCO, contados a partir da data de sua convocação, por escrito, para assinatura do Contrato.

17.1.1- Decorrido o prazo sobredito, contado do recebimento do comunicado oficial para assinatura do contrato, não tendo a empresa vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito à contratação e estará sujeita às penalidades previstas no item 22.0 deste Edital.

17.2- Nas hipóteses de recusa do adjudicatário ou do seu não-comparecimento para assinatura do contrato, no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de manutenção da habilitação, será aplicada a desclassificação e será feita a convocação do participante que tenha apresentado a segunda melhor oferta classificada, obedecida às exigências de habilitação do tópico 13 deste Edital.

17.2.1- O disposto no subitem anterior poderá sempre se repetir até a efetiva celebração do Contrato com o Contratante, observado as ofertas anteriormente apresentadas pelos participantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis ao participante que não cumprir os compromissos assumidos no certame.

17.3- A Contratada está obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões determinadas pelo Contratante até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.



17.4- Qualquer entendimento relevante entre a Contratante e a Contratada será formalizado por escrito e integrará o Contrato.

17.5- A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão.

18.0 – FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E DO REAJUSTE:

18.1- Após declaração do vencedor, a CBTARCO fará diligências para verificação das condições de habilitação técnica ou operacional e caso a proponente atenda a todos os requisitos aqui estabelecidos, será homologado o resultado do processo seletivo pela autoridade competente e a Confederação Brasileira de Tiro com Arco, firmará contrato específico com o proponente vencedor visando à execução do objeto deste processo seletivo nos termos da minuta contida no Anexo 02 que integra este Edital.

18.2- O proponente vencedor terá o prazo que vier a ser estipulado pela CBTARCO, contado a partir da convocação, para assinar o Contrato, quando deverá comparecer à Confederação Brasileira de Tiro com Arco ou enviar pelos Correios. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo proponente vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela contratante.

18.3- A recusa injustificada do proponente vencedor em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido o sujeitará à aplicação das penalidades previstas no item 22.0 deste Edital, podendo a CONTRATANTE convidar, sucessivamente por ordem de classificação, as demais participantes, após comprovação da compatibilidade da proposta e da habilitação do participante para celebração do Contrato, ficando a participante sujeita às penalidades previstas na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, pela não assinatura do contrato, sem prejuízo da reparação dos danos causados.

18.4- Este Edital e seu (s) anexo (s) integrarão o Contrato firmado, independente de transcrição.

18.5- Os preços que vierem a serem pactuados, por decorrência deste processo seletivo, serão fixos.

18.5.1- O Contrato a ser assinado pela proponente vencedora, que implicará no aceite das condições de Compra estabelecidas neste Edital e na Proposta Comercial, vigerá por 12 (doze) meses e, após, poderá ser renovado conforme a lei vigente.

18.6- A cada 12 (doze) meses da assinatura do Contrato, os valores apresentados na proposta comercial poderão ser reajustados até o limite calculado pela variação do IPCA apurado no período, de acordo com a negociação entre as partes.

19.0 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1- Compete à Contratante:

19.1.1- Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

19.1.2- Tomar as medidas necessárias quanto ao fiel recebimento dos serviços efetuados;



19.1.3- Tomar as medidas necessárias quanto ao fiel cumprimento do que está solicitado neste Edital e seus Anexos e no presente contrato assinado.

20.0 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1- Compete à Contratada:

20.1.1- Efetuar a entrega dos serviços, de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações do Anexo I deste Edital.

20.1.2- Substituir, obrigatoriamente, o serviço que não atender as exigências de qualidade para utilização.

20.1.3- Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo seletivo até cumprimento total do contrato.

21.0 - DO PAGAMENTO:

21.1- O pagamento à contratada será feito pela CBTARCO no prazo de até 20 (vinte) dias contados da apresentação:

a) das faturas, notas fiscais

b) da nota fiscal para pagamento, valendo o aceite da área funcional competente com aprovação irrestrita do serviço prestado, sob pena de prorrogação do prazo do vencimento, devendo ser indicados o banco, a agência e o número da conta bancária para depósito.

21.1.1- As notas fiscais e demais documentos mencionais, serão apresentados pela empresa vencedora juntamente com um relatório de todos os serviços prestados no mês em cobrança, conforme previstos no Edital;

21.1.2- Todo pagamento é condicionado à comprovação, pelo contratado, de adimplência com os encargos previdenciários, trabalhistas e tributários incidentes sobre as atividades e funcionamento do Contratado, bem como da comprovação da manutenção de todas as condições técnicas e jurídicas exigidas no presente Edital.

21.1.3- No caso de atraso ou incorreção na apresentação dos documentos fiscais pelo participante vencedor, não lhe será devido, em hipótese alguma, qualquer valor adicional em função deste atraso, nem mesmo a título de reajuste ou encargos financeiros.

21.1.4- Caso se constate irregularidade nos documentos fiscais apresentados ou nos relatórios que acompanham a fatura, a CBTARCO, a seu exclusivo critério, poderá devolvê-los, tudo de acordo com a legislação fiscal aplicável. Na hipótese de devolução, o documento será considerado como não apresentado, para fins de atendimento às condições contratuais.

21.1.5- Fica reservado à CBTARCO, o direito de reter quaisquer créditos porventura existentes em favor do participante vencedor, independente da sua origem, enquanto existirem obrigações por ele não cumpridas, incluindo multas impostas e estabelecidas neste Edital e danos causados à CBTARCO e



/ou terceiros.

21.1.6- O participante vencedor não terá o direito e a CBTARCO não será obrigado a efetuar o pagamento de valores que tenham sido colocados em cobranças ou descontados em bancos, nem a efetuar o pagamento de parcelas contratuais operadas pelo participante junto à rede bancária como descontos e cobranças de duplicatas ou qualquer outra operação financeira.

21.2- A nota fiscal com código de barras para pagamento deverá ser encaminhada à CBTARCO com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos para o vencimento, sob pena de prorrogação do prazo do vencimento.

21.3- Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

21.4- Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo previsto no item 21.1 reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

22.0 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1- Ao fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, garantidos o contraditório e a prévia defesa, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à Contratada, as seguintes sanções:

(a) advertência;

(b) multas;

(c) suspensão do direito de participar dos processos seletivos da CBTARCO pelo prazo de 6 (seis) a 24 (vinte e quatro) meses, devendo a suspensão ser informada ao Comitê Olímpico e Paralímpico Brasileiros;

(d) declaração de inidoneidade para contratar com a CBTARCO e com as demais entidades do sistema, enquanto perdurarem os fatos que geraram a declaração de inidoneidade ou até que seja restabelecida sua condição de idoneidade, quando a empresa contratada não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

22.1.1- As penas acima poderão ser aplicadas cumulativamente e do seguinte modo:

(a) pela recusa em assinar o contrato, a proponente vencedora terá suspenso seu direito de participar de processos caso a justificativa não venha a ser aceita pela CBTARCO;

(b) se por si, seus empregados ou prepostos, após assinado o contrato, a contratada descumprir qualquer condição estabelecida neste regulamento ou nos instrumentos que vierem a ser futuramente



firmados pelas partes, serão notificados para que cumpram, dentro de prazos estabelecidos na própria notificação, a regularização do inadimplemento, sob pena de ser cobrada multa, observados os seguintes limites máximos:

a) multa de 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o VALOR GLOBAL MENSAL estimado do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento) caso haja descumprimento parcial da obrigação não cumprida;

b) atraso injustificado no atendimento sujeitará a participante à multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) sobre o valor total do contrato, ou se for o caso, sobre o valor correspondente à parte entregue com atraso;

c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato em caso de entrega de documentação falsa, fraude e/ou superfaturamento de despesas durante a execução do Contrato.

22.1.2- Multa Moratória

22.1.2.1- Para qualquer outro descumprimento que não os descritos no item 22.1.1 acima, das obrigações previstas neste Edital e no contrato que vier a ser assinado, findado o prazo da notificação relacionada e permanecendo o inadimplemento, a proponente que vier a ser contratada será penalizada com multa de 1% (um por cento) ao dia, calculado sobre o valor médio mensal do contrato que vier a ser firmado, até o limite de 10% (dez por cento).

22.2- A cobrança das multas previstas será realizada sem prejuízo de cobrança de indenização pelas perdas e danos sofridos pela CBTARCO.

22.3- Persistindo o inadimplemento, a CBTARCO poderá rescindir o contrato, sem prejuízo, nos termos dos artigos 408, 409, 411 e 416, do Código Civil, do pagamento de multa desde já fixada na quantia em reais correspondente a 10% (dez por cento) do valor total da proposta apresentada pela inadimplente, sem prejuízo da adoção de outras medidas.

22.3.1- No caso descrito no item 22.3, acima, a CBTARCO poderá, a seu critério, convocar o segundo colocado ou realizar novo processo seletivo, nos termos do Anexo 01, sendo responsabilidade da proponente que vier a ser contratada manter os serviços descritos no ANEXO 01 até que completada a transferência para a nova contratada, sem ônus para a CBTARCO.

22.4- A parte que exigir a pena convencional prevista no item 22.3, acima, não estará, nos termos do artigo 416, do Código Civil, obrigada a alegar ou provar eventual prejuízo, decorrente da inexecução da obrigação, podendo, ainda, com fundamento no que dispõe o parágrafo único, do mesmo artigo 416, do Código Civil, cobrar da parte inadimplente o prejuízo excedente.

22.5- Suspensão Temporária e outras penalidades

22.5.1- Na condição do Contrato ser rescindido conforme item 22.3 acima, a proponente que vier a ser contratada poderá ser suspensa para participar dos processos seletivos realizados pela CBTARCO e, por consequência, de contratar com o mesmo, nos termos do item 22.1 "c".



22.5.2- A proponente vencedora deste processo de seleção poderá ser suspensa de participar dos processos seletivos realizados pela CBтарCO e, por consequência, de contratar com o mesmo, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses pelo descumprimento de qualquer disposição estabelecida nas cláusulas de Confidencialidade e Disposições Gerais deste Edital, sem prejuízo de cobrança de indenização pelas perdas e danos sofridos pela CBтарCO.

22.6- Fica reservado à CBтарCO o direito de reter ou abater de quaisquer créditos porventura existentes em favor da proponente que vier a ser contratada, independente da sua origem, enquanto existirem obrigações por ela não cumpridas, inclusive multas impostas em decorrência deste Contrato e danos causados pela vencedora à CBтарCO ou a terceiros em consequência do contrato que vier a ser assinado.

22.7- A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da CBтарCO rescindir o Contrato através de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa e vista ao processo.

22.8- A cobrança da multa prevista, será realizada sem prejuízo de cobrança de indenização pelas perdas e danos sofridos pela CBтарCO e/ou terceiros.

22.9- A prática reiterada de descumprimentos obrigacionais, que resulte em um acúmulo de 03 notificações de advertências e/ou multas, poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato pela parte inocente, ficando sujeita a parte inadimplente, ainda, ao pagamento de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total anualizado do contrato que vier a ser celebrado, sem prejuízo da aplicação de multa, nos termos dos artigos 408, 409, 411 e 416, do Código Civil.

23.0 – RESCISÃO:

23.1- Além das hipóteses de inadimplemento previstas, este Contrato poderá ser rescindido a critério da CBтарCO e mediante aviso prévio por escrito, com antecedência de 10 (dez) dias corridos, especialmente caso ocorra inexistência ou insuficiência de repasse dos recursos financeiros oriundos do COB ou do CPB, caso em que cessará a obrigação da CONTRATANTE e sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito de indenização ou reparação, ressalvando-se, apenas, ao direito do recebimento das prestações vencidas até a data da rescisão e pelos serviços já efetivamente prestados;

23.2- As partes estarão eximidas de suas responsabilidades e, conseqüentemente, da aplicação de quaisquer penalidades, nada podendo pleitear uma da outra, a que título for, em caso de força maior, greves ou atos de terrorismo, casos em que os serviços eventualmente ainda não prestados não serão reembolsados.

23.3- Os motivos de força maior que a juízo da CONTRATANTE possam justificar a suspensão da contagem de quaisquer prazos ou a prestação o serviço fora do prazo estipulado, somente serão considerados quando apresentados na ocasião das respectivas ocorrências. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não aceitas pela CONTRATANTE ou apresentadas intempestivamente



24.0 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

24.1- O presente processo seletivo não importa necessariamente em contratação, podendo a Confederação Brasileira de Tiro com Arco- CBTARCO, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes do processo seletivo. Por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes do processo seletivo. A Confederação Brasileira de Tiro com Arco poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura

24.2- Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Confederação Brasileira de Tiro com Arco não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo seletivo.

24.3- O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo seletivo. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.4- Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

24.5- Da contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seu Anexo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Confederação Brasileira Tiro com Arco com exceção ao tópico 15.1 deste Edital, de forma que, caso o término do prazo das 24 (vinte e quatro) expire num sábado ou feriado, ainda assim, contará para os fins legais.

24.6- É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do processo seletivo, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

24.6.1- Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

24.7- O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

24.8- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

24.8.1- Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Confederação Brasileira de Tiro com Arco e pelo Pregoeiro;



24.9- As decisões referentes a este processo seletivo poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no site da Confederação Brasileira de Tiro com Arco;

24.10- A participação do proponente neste processo seletivo implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

24.10.1- Não cabe à Bolsa Brasileira de Mercadorias qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o participante, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

24.11- Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pelo pregoeiro, comunicando devidamente aos participantes do pregão eletrônico, por meio do chat correspondente ao presente Edital.

24.12- Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Lei citadas no preâmbulo deste Edital.

24.13- O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Marica -RJ, considerado aquele a que está vinculado o órgão promotor deste processo seletivo.

24.14- A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos do processo seletivo e não será devolvida ao proponente;

24.15- Constitui parte integrante deste Edital:

Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo II – Minuta do Contrato

Anexo III – Modelo de declaração de inexistência de fatos impeditivos, de que não emprega menores e de que conhece e atende ao Edital e seus Anexos

Anexo IV – Modelo de atestado de capacidade técnica

Anexo V – Modelo de declaração de ciência

Anexo VI – Modelo de declaração de fato superveniente

Anexo VII – Modelo de declaração de inexistência de trabalho escravo e exploração de mão de obra infantil e adolescente

Anexo VIII - Modelo de declaração de enquadramento em regime de tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese de o participante ser uma ME ou EPP)

Anexo IX – Modelo de carta de proposta para prestação de serviços



Anexo X – Ficha técnica descritiva

Maricá, 13 de dezembro de 2023

João Luiz Araújo da Cruz
PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO



ANEXO 01 – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1- Contratação de Pessoa Jurídica, especializada em assessoria contábil e fiscal, assessoria de departamento pessoal e outros serviços correlatados para cumprir as demandas da Confederação Brasileira de Tiro com Arco, durante o prazo de 12(doze) meses, podendo ser prorrogável conforme a lei vigente, conforme condições, orientações e exigências, descritas no presente neste Edital e em seus Anexos.

1.2- Os serviços deverão ser prestados em estrita observância as normas brasileiras de contabilidade, emanada pelos Órgãos Fiscalizadores: Conselho Regional de Contabilidade CRC, Conselho Federal de Contabilidade e demais órgãos fiscalizadores previstos na Lei.

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Compreendem os serviços a serem executados:

- ÁREA CONTÁBIL E CONTROLADORIA

- a. Escrituração contábil por processamento ou importações de dados, conforme plano de contas definido entre as partes;
- b. Supervisão sobre normas contábeis da escrituração societária, de acordo com a Lei 6.404/76, atualizada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09;
- c. Escrituração sobre o cálculo de depreciação (o controle patrimonial é de responsabilidade da CBTARCO);
- d. Fechamento e emissão de balancetes mensais, detalhados por centro de custo ou subdivisões, conforme necessidade;
- e. Assessoria e orientação quanto a dúvidas de procedimentos na rotina diária;
- f. Elaboração do Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados Anuais;
- g. Demais demonstrativos contábeis exigidos pela legislação societária;
- h. Elaboração, em conjunto com a administração do contratante, de notas explicativas;
- i. Elaboração Sped Contábil – Livro diário eletrônico.
- j. Conciliações bancárias;
- k. Conciliações mensais dos adiantamentos recebidos junto aos órgãos Públicos e/ou privados;
- l. Análise de contas de ativo e passivo e suas composições;
- m. Acompanhamento e atendimento à auditorias independentes;
- n. Impressão, encadernação e registro dos Livros Diários e Razão, caso solicitado;
- o. Reunião Mensal para apresentação do balancete e esclarecimentos que se fizerem necessários;
- p. Análises nas prestações de contas remetidas ao SIGEF E SICONV;
- q. Acompanhamento de contratos junto aos Patrocinadores.

- ÁREA FISCAL E TRIBUTÁRIA

- a. Escrituração dos livros fiscais por processamento ou importações das notas fiscais de compra, venda de mercadorias e prestação de serviços;



- b. Emissão das guias de recolhimento dos tributos e contribuições;
- c. Elaboração e envio das obrigações acessórias mensais e anuais (DCTF, DIRF, SPED Contábil, Fiscal e Contribuições, PER/DCOMP, EFD – REINF); as guias dos tributos, encargos, impostos e afins (INSS, PIS, FGTS, IR, entre outros), devem ser emitidas por centro de custo da Confederação;
- d. Assessoria e orientação fiscal e tributária quanto a dúvidas de procedimentos na rotina diária;
- e. Acompanhamento da regularidade fiscal, visando a emissão de certidão de débitos (Receita Federal, Receita Estadual e Receita Municipal);
- f. Acompanhamento junto à fiscalização, quando exigido;
- g. Realizar as suas custas, as certificações digitais da CBTARCO e da presidência da CBTARCO;

- ÁREA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

- a. Emissão dos contratos de trabalho para admissão de funcionários;
- b. Apontamento dos registros de frequência dos funcionários, elaborado pelo cliente;
- c. Elaboração da folha de pagamento de salários e pró-labore;
- d. Envio dos eventos e tabelas, referentes a folha de pagamento ao E-social;
- e. Atualização cadastral dos funcionários;
- f. Emissão de relatório, para controle da CBTARCO, dos prazos limites para gozo de férias dos funcionários;
- g. Cálculo do reajuste de salário dos funcionários;
- h. Elaboração da folha de 13º salário e adiantamento;
- i. Emissão dos avisos e recibos de férias dos funcionários;
- j. Envio das informações para o DCTF Web;
- k. Elaboração das guias de recolhimento dos encargos sociais e tributos afins (INSS, FGTS, IRF);
- l. Elaboração de rescisões contratuais;
- m. Acompanhamento nas homologações de rescisões;
- n. Elaboração e envio do CAGED (comunicação de admitidos e demitidos);
- o. Elaboração e envio de RAIS (relação anual de informações sociais);
- p. Acompanhamento e análise da convenção coletiva da categoria sindical (dissídio);
- q. Emissão do informe de rendimento anual para funcionários, sócios e prestadores de serviços;
- r. Acompanhamento da regularidade anual fiscal, visando a emissão de certidão negativa de débitos (Previdenciária Social e FGTS);
- s. Assessoria e orientação sobre procedimentos trabalhistas e previdenciários, quanto a rotina diária;
- t. Acompanhamento às fiscalizações do trabalho e previdência, quando exigido.
- u. Elaboração, inclusão das informações e envio do E-SOCIAL completa, inclusive exames de saúde ocupacional anual;
- v. Acompanhamento as fiscalizações do trabalho e previdência quando solicitado;

2.2- DA QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

A contratada deve apresentar as seguintes qualificações:



- a. Apresentar 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por organização de direito público ou privado, que declare já ter usufruído da prestação de serviços constantes do objeto desta licitação, informando ainda, sempre que possível, se foram cumpridos os prazos estabelecidos e o grau de satisfação. Tal atestado deverá ser fornecido pelas entidades, em papel timbrado, carimbado, assinado e datado;
- b. Comprovar que dispõe de uma equipe composta de 1 (um) gestor sênior e 2 (dois) colaboradores de nível analista (Contábil, Fiscal e Tributária e Trabalhista e Previdenciária), dedicados ao atendimento das demandas da CBTARCO. Esta comprovação dar-se-á mediante apresentação de certificado de órgão de classe ou contrato de prestação de serviços em prazo equivalente ou contrato de trabalho (CLT) e/ou contrato social de empresa que é ou foi sócio;

3. DO REGISTRO

3.1- Os sócios e funcionários deverão conter o respectivo registro junto aos órgãos competentes da classe.

4. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

4.1- Suprir as demandas da CBTARCO, no que se refere a qualquer necessidade elencada neste Termo de Referência.

5. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1- A contratada deve entregar o objeto, pelo período máximo de 12(doze) meses, com possibilidade de renovação conforme a lei vigente, em comum acordo entre as partes e mediante assinatura de termo contratual aditivo.

5.2- A prestação de serviços será paga mensalmente, para atender a demanda no período de 12 (doze) meses, podendo ser renovável conforme a lei vigente, conforme a necessidade da CBTARCO.

5.3- A prestação de serviços deverá respeitar, rigorosamente, as especificações estabelecidas na proposta da Contratada, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente;

5.4- Constatada que a prestação de serviços não atende as especificações estipuladas neste Termo de Referência, ou ainda que não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, a CBTARCO notificará a empresa Contratada, para que sane as irregularidades dentro do menor prazo possível;

5.5- Em caso de retorno de alguma demanda, por estar em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à CONTRATADA devendo esta providenciar com a máxima urgência a sua adequação ao serviço contratado;

5.5.1- Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a adequação da demanda recusada, a CBTARCO procederá com a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de



acordo com as normas contidas na Lei n.º 8.666/93, demais leis pertinentes e alterações, para aplicação das penalidades previstas;

5.6- O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento, está condicionado ao atendimento das exigências contidas neste Termo de Referencias e demais anexos.

5.7-Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7.1- O perfil do item, constante na estimativa de demanda, servirá tão somente de subsídios às licitantes na formulação das propostas e na indicação do percentual de desconto. O perfil indicado, portanto, não constitui qualquer compromisso futuro para a CBTARCO.

5.7.2- Os itens a serem vendidos pela Contratada consistem no fornecimento de indicado na planilha, com a definição da composição do lote, tendo a Contratada que atender as especificações e a demanda, com sua devida entrega no local e prazo, para atender a Contratante;

5.7.3- Definição do lote e estimativas

5.7.3.1 A forma de estimativa da demanda prevista para aquisição do serviço a ser adquirido foi efetuada através de uma análise detalhada. A partir desta análise, estabeleceu-se, abaixo, a quantidade de itens previstos pela Contratante para a presente aquisição:

Lote 1				
Nº Item	Item	Especificação Técnica	Unidade de Medida	Quantidade
1	Contratação de Pessoa Jurídica, especializada em assessoria contábil, fiscal, departamento pessoal e demais serviços correlatos para cumprir demanda da Confederação	Contratação de Pessoa Jurídica, especializada em assessoria contábil e fiscal, assessoria de departamento pessoal e outros serviços correlatos para cumprir as demandas da Confederação Brasileira de Tiro com Arco, durante o prazo de 12(doze) meses, podendo ser prorrogável conforme a lei vigente, conforme condições, orientações e exigências, descritas no presente neste Edital e em seus Anexos	Meses	12



	Brasileira de Tiro com Arco			
--	-----------------------------	--	--	--

5.4- Observações:

5.4.1- Deverá ser observado o prazo de garantia de 12 meses para os produtos a serem ofertados pela Contratada, garantindo o certificado na hora da entrega do produto;

5.4.2- Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela equipe de fiscalização do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6. DAS OBRIGAÇÕES

6.1- Das obrigações da Contratante:

- a. Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Contrato, Edital e seus anexos;
- b. Verificar minuciosamente o prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, Contrato, Edital e seus anexos, e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/funcionário especialmente designado;
- e. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência, Contrato, Edital e seus anexos;



- f. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou empregados/subordinados;

6.2- Das obrigações da Contratada:

6.2.1- A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Contrato, Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço e, ainda:

- a. Efetuar a entrega/execução do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, Contrato, Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as descrições referentes ao serviço prestado;
- b. Responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o serviço com falhas ou irregularidades;
- d. Fazer reuniões presenciais com representantes da CBTARCO, obrigatoriamente pelo menos 1(uma)vez por mês, sendo que todos os custos, inclusive se for necessário passagem, deslocamentos e hospedagem, deverão estar incluídos no valor global mensal proposto, não cabendo a CBTARCO, a responsabilidade sobre tais cobranças de despesas posteriores, que não estejam dentro do custo a ser pago mensalmente a empresa Contratada.
- e. Comunicar à CBTARCO, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7- ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1.1- Requisitos Gerais de Negócio

7.1.1.1- A Contratante pagará somente pelos produtos enviados e aprovados por estarem de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

7.1.2- Requisitos de Garantia, Manutenção e Suporte Técnico.

7.1.2.1- A CONTRATADA deverá fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento em horário comercial, durante todo o período de vigência do contrato.



7.1.2.2- A Contratada deverá atender, de imediato, às solicitações da equipe de fiscalização do contrato, corrigindo no prazo especificado qualquer ocorrência

7.1.2.3- A Contratada deverá comunicar por escrito, à equipe de fiscalização do contrato, quando da verificação de condições inadequadas para a prestação do serviço ou da iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do Contrato;

7.1.3- Requisitos de Capacitação

7.1.3.1- A Contratada deverá capacitar e instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

7.1.3.2- A Contratada deverá instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar ao CBTARCO toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

7.1.4- Requisitos de Formação da Equipe

7.1.4.1- A Contratada deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

7.1.4.2- A Contratada deverá designar, durante o período de vigência do período de entrega dos serviços, um preposto aceito pela Contratante, para a representação da Contratada, sempre que necessário.

7.1.5- Requisitos de Segurança

7.1.5.1- A Contratada deverá seguir os protocolos de segurança da informação, políticas e requisitos determinados pela Contratante.

7.1.5.2- A Contratada deverá identificar seus funcionários, representantes ou prestadores terceirizados, com crachás de identificação, uniformes e/ou outra forma que permita à Contratante facilmente identificá-los como tal.

7.1.5.3- A Contratada deverá guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.1.5.4- A Contratada deverá manter sigilo da comunicação e dos documentos de cobrança, não podendo, em hipótese alguma, veicular publicidade ou qualquer informação acerca da prestação dos serviços contratados, sem a prévia e expressa autorização do CBTARCO.

7.1.5.5- A Contratada deverá apresentar ao CBTARCO, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.



7.1.5.6- Não fazer uso das informações prestadas pelo Contratante que não seja em absoluto cumprimento ao contrato.

7.1.5.7- Serão de responsabilidade da Contratada a manutenção, a recuperação e a segurança dos dados do serviço.

7.1.6- Requisitos Legais

7.1.6.1- Quando aplicáveis, a contratada deverá observar os seguintes regulamentos:

a) Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

b) Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000 - Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

c) Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

d) Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 - Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

7.1.7- MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1.7.1- ROTINAS DE EXECUÇÃO:

7.1.7.1.1- Do Início da Execução dos Serviços: Após a assinatura do contrato, deverão ocorrer as seguintes atividades:

7.1.7.1.1.1- Reunião Inicial entre a Confederação Brasileira de Tiro com Arco e a CONTRATADA (que será representada pelo preposto e pelo representante legal). A reunião irá gerar uma ata que será aprovada por todos os participantes. Na ocasião da reunião inicial, deverão ser entregues pela CONTRATADA, devidamente assinados, o Termo de Compromisso e o Termo de Ciência.

7.1.7.1.1.2- O preposto deverá comparecer no ambiente do CONTRATANTE em até 2 (dois) dias úteis após convocação para participação em reunião.

7.1.7.1.1.3- A comunicação entre o CBTARCO e a CONTRATADA será realizada, preferencialmente, por meio de correio eletrônico em endereço a ser disponibilizado pela empresa contratada ou mediante contatos telefônicos com o preposto da contratada.

7.1.7.2- METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1.7.2.1- A Contratada deverá prestar o serviço, objeto deste termo de referência, durante toda a vigência do contrato, exceto nas interrupções programadas.



7.1.7.2.2- As informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante deverão ser prestados no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, por intermédio do consultor designado para acompanhamento do contrato, contado a partir da notificação.

7.2- DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.2.1- O pagamento será feito com base nos preços constantes da proposta vencedora da CONTRATADA apresentada na licitação, subtraído de eventuais ajustes (descontos/glosas) em função do não cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos neste documento após entrega dos itens constantes no contrato firmado.

7.2.2- A CONTRATANTE efetuará o pagamento apenas os serviços forem aprovados e entregues.

7.2.3 – Com a devida apresentação da nota fiscal e os demais documentos pertinentes.

7.3- MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

7.3.1- As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas pela contratante, no que couber, com designação formal pelas autoridades competentes do gestor da execução contratual e fiscais responsáveis pela fiscalização técnica, administrativa e setorial, se for o caso, e seus substitutos.

7.3.2- A Contratada deve formalmente designar o preposto da empresa, indicando expressamente os seus poderes e deveres;

7.3.2.1- Para evitar que a contratante fique eventualmente sem acesso ao preposto, deverá ser indicado um substituto.

7.3.3- A comunicação entre a Contratada e Contratante deve sempre ser realizada por intermédio do preposto da empresa e o gestor da execução contratual ou fiscais, preferencialmente por meio eletrônico, por escrito, excetuados os entendimentos orais determinados pela urgência, que deverão ser formalizados no prazo de 1 (um) dia útil.

7.3.4- O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

7.3.5- O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3.6- O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.



7.3.6.1- A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.4- ESTIMATIVAS DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

7.4.1- O valor global mensal máximo a ser admitido por esta cotação é de R\$ 110.000,00.

7.4.2- A proponente deverá apresentar proposta de preços baseada em estimativa, conforme as planilhas dos anexos deste Termo de Referência. Os preços deverão ser expressos em REAIS e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos a esta contratação.

7.4.2.1- Os valores ofertados já estão inclusos impostos e demais custos adicionais, não serão permitidos inserção de valores adicionais, após o preço final ofertado pelo licitante vencedor.

7.5- DA SUBCONTRATAÇÃO

7.5.1- Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1- É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1- Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3- O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1- Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2- Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3- Falhar ou fraudar na execução do contrato;

10.1.4- Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5- Cometer fraude fiscal.

10.2- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

10.2.1- Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendido aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

10.2.2- Multa de:

10.2.2.1- 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.2.2.2- 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

10.2.2.3- 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

10.2.2.4- 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

10.2.2.5- 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;



10.2.2.6- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.2.2.7- Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.2.8- Suspensão de participar de processos e aquisição e impedimento de contratar com a Confederação pelo prazo de até dois anos.

10.2.2.9- A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração no subitem 14 deste Termo de Referência.

10.2.3- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

10.3- As sanções previstas, poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.3.1- Também ficam sujeitas às mesmas penalidades às empresas ou profissionais que:

10.3.1.1- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

10.3.1.2- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

10.3.2- A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo específico que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

10.3.3- As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Confederação, ou, ainda, deduzidos da garantia de execução.

10.3.4- Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Presidente da Confederação.

10.3.5- Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Contratada, a Confederação poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.3.6- O Presidente da Confederação, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado a Confederação, observado o princípio da proporcionalidade.

10.4- Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as informações a seguir:

INFRAÇÃO ITEM DESCRIÇÃO



GRAU

- 1 - Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência 05
- 2 - Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento 04
- 3 – Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia 03
- 4 - Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia 02 Para os itens a seguir, deixar de:
- 5 - Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência 02
- 6 - Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia 01
- 7- Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência 03
- 8 - Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato 01
- 9 - Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada 01

10.5- Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.5.1- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.5.2- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.6- A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.7- A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.8- As sanções e penalidades, não serão superiores a 10% (dez por cento) do valor final do contrato.

11. PAGAMENTO

11.1- O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota fiscal, através de transferência bancária ou boleto, sendo que a transferência



bancária somente será realizada coincidindo a razão social com o favorecido da conta, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2- Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura, o momento em que a Confederação atestar a execução do objeto do contrato, ou seja, o efetivo recebimento dos produtos.

11.3- Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como efetivada a transferência bancária para o pagamento.

11.5- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.6- É vedado o pagamento de forma parcelada do objeto.

11.7- Havendo atraso nos pagamentos sobre a quantia devida, incidirá correção monetária, juros moratórios, à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados “*pro rata tempore*” em relação ao atraso injustificado.

12. DO REAJUSTE DO CONTRATO A SER FIRMADO

12.1- Não será admitido o reajuste dos valores dos equipamentos e materiais esportivos constantes da Ata de Sessão do presente certame.

13. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1- Dos Critérios Técnicos de Julgamento das Propostas

13.1.1- A contratação pretendida dar-se-á, portanto, por meio de procedimento de licitação na modalidade de Pregão, nos termos da Lei nº 10.520/2002, na forma eletrônica, conforme Decreto nº 5.450/2005, visto que se enquadra como contratação de serviços compreendidos como comuns, nos ditames da mencionada Lei e no entendimento da precedente jurisprudência, por ter padrões de desempenho e de qualidade concisos, cuja definição se apresenta objetivamente no presente Termo de Referência, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado.

14. Tipo de Licitação

14.1- Tipo de valor a ser ofertado

14.1.1- **Menor valor global mensal por lote**

14.2- Aplicabilidade do direito de preferência



14.2.1- Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com o art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.3- Da Qualificação Técnica

14.3.1- A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

14.3.1.1- Um ou mais Atestados de Capacitação Técnica, fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprovem que a empresa prestou ou está prestando;

14.3.1.2- A CBTARCO reserva-se ao direito de executar diligências para verificar e validar as informações prestadas no (s) respectivo (s) atestado (s) de capacidade técnica fornecida (s) pelo licitante/interessado vencedor do certame da licitação.

14.3.1.3- A CBTARCO poderá, também, requerer cópia (s) do (s) Contrato (s) firmado (s) pelo licitante/interessado em questão, cujo objeto consista naquele determinado item, bem como Faturas/Nota (s) fiscal (Fiscais) emitida (s) pelo mesmo licitante/interessado, relativa (s) à execução daquele determinado item, ou qualquer outro documento que comprove, inequivocamente, a veracidade do (s) atestado (s) aqui tratado.

14.3.1.4- No caso de os atestados aqui tratados serem emitidos por empresas privadas, não serão aceitos aqueles emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da empresa proponente, nem pela própria proponente.

14.3.1.5- Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas por ela controladas ou empresas controladoras da proponente, ou empresas que tenha(m), no mínimo, uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio (a) da empresa emitente e da empresa proponente.

14.3.1.6- O precedente Atestado de Capacidade Técnica deverá ser emitido em papel timbrado e conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - Razão Social, CNPJ e Endereço completo da Empresa Emitente;

II - Razão Social da empresa Contratada;

III - Número do Contrato firmado e sua vigência, se for o caso;

IV - Objeto do Contrato firmado;

V - Declaração de que foram atendidas as expectativas do cliente quanto ao cumprimento de cronogramas pactuados e da execução do objeto;

VI - Local e Data de emissão;



VII - Identificação do responsável pela emissão do Atestado, Cargo/Função, Contato (de telefone e de correio eletrônico);

VIII - Assinatura do responsável pela emissão do Atestado;

- a) Os Atestados em questão devem ser originais. Se forem cópias, devem ser autenticados. Ambas as versões devem ser legíveis.

15. DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1- O Contrato a ser firmado poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e no decorrente Contrato a ser firmado.

15.2- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

15.3- A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4- O Termo de Rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.4.1- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.4.2- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.4.3- Indenizações e multas.

16. PRÁTICAS DE COMPLIANCE

16.1- O licitante deverá apresentar evidências suficientes da Implantação de seu Programa de Integridade, que deve conter, no mínimo:

- i. Código de Ética;
- ii. Política Anticorrupção;
- iii. Implantação de Canal de Denúncias;
- iv. Treinamentos periódicos sobre o Programa de Integridade.

Parágrafo único: a disposição desta cláusula não se aplica às microempresas e empresas de pequeno porte.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1- Não caberá a esse Termo de Referência seguro garantia.



18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1- Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

18.1.1- inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2- ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3- fraudar na execução do contrato;

18.1.4- comportar-se de modo inidôneo;

18.1.5- cometer fraude fiscal;

18.1.6- não mantiver a proposta;

18.2- A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.2.1- Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

18.2.2- multas compensatórias de 10% (dez por cento) do valor da ordem de serviço, no caso de sua inexecução total;

18.2.2.1- em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

18.2.3- suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.4- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

18.3- Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

18.3.1- tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.3.2- tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



18.3.3- demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.4- A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

Anexo II – Minuta do Contrato

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO para a Contratação de Pessoa Jurídica, especializada em assessoria contábil e fiscal, assessoria de departamento pessoal e outros serviços correlatados para cumprir as demandas da Confederação Brasileira de Tiro com Arco, durante o prazo de 12(doze) meses, podendo ser prorrogável conforme a lei vigente, conforme condições, orientações e exigências, descritas no presente neste Edital e em seus Anexos:

As partes a seguir qualificadas, na presença de duas testemunhas, têm entre si celebrado o presente contrato de prestação de serviços de fornecimento de contratação de Pessoa Jurídica, especializada em assessoria contábil e fiscal, assessoria de departamento pessoal e outros serviços correlatados para cumprir as demandas da Confederação Brasileira de Tiro com Arco, durante o prazo de 12(doze) meses, podendo ser prorrogável conforme a lei vigente, conforme condições, orientações e exigências, descritas no presente neste Edital e em seus Anexos.

A seguir qualificadas, na presença de duas testemunhas, têm entre si celebrado o presente contrato de prestação de serviços



CONTRATANTE:

RAZÃO SOCIAL: CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO

CNPJ: 68.760.693/0001-54

ENDEREÇO:

REPRESENTANTE LEGAL:

CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL:

CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:

CONTRATADO:

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

REPRESENTANTE LEGAL:

CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL:

CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:

IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de Contratação de Pessoa Jurídica, especializada em assessoria contábil e fiscal, assessoria de departamento pessoal e outros serviços correlatados para cumprir as demandas da Confederação Brasileira de Tiro com Arco, durante o prazo de 12(doze) meses, podendo ser prorrogável conforme a lei vigente, conforme condições, orientações e exigências, descritas no presente neste Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2023, em especial o Anexo I - Termo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2. São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo dos compromissos assumidos por vinculação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2023:

2.1. Contratação de Pessoa Jurídica, especializada em assessoria contábil e fiscal, assessoria de departamento pessoal e outros serviços correlatados para cumprir as demandas da Confederação Brasileira de Tiro com Arco, durante o prazo de 12(doze) meses, podendo ser prorrogável conforme a lei vigente, conforme condições, orientações e exigências, descritas no presente neste Edital e em seus Anexos.

2.2. Acatar apenas solicitações de pessoal devidamente credenciado pela CONTRATANTE para realização dos serviços.

2.3. Observar as normas a que está sujeita a atividade, em especial ao do objeto contratado no Edital e seus anexos.



2.4. Pagar a respectivos prestadores de serviços, nos prazos pactuados em suas avenças específicas, por seus serviços, conforme o caso, ficando estabelecido que a CONTRATANTE não responderá, sob qualquer hipótese, solidária ou subsidiariamente, por esse pagamento.

2.5. Substituir ou alterar, quando ocorrer mudanças ou de desdobramento, mediante solicitação da CONTRATANTE.

2.6. Responsabilizar-se por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços da CONTRATANTE, decorrentes de ineficiência, atrasos ou irregularidades cometidas na execução dos serviços contratados.

2.7. Pagar os salários devidos aos seus empregados e todos os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e quaisquer outras despesas, incidentes sobre o objeto deste Edital, responsabilizando-se por todas e quaisquer questões de ordem trabalhista e previdenciária de seus colaboradores, que por sua vez, não terão qualquer tipo de vínculo com a CONTRATANTE.

2.8. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a eia execução.

2.9. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pela CONTRATANTE.

2.10. Acatar a fiscalização da CONTRATANTE, comunicando-o de quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços.

2.11. Atender, por meio do preposto nomeado, qualquer solicitação por parte doa gestores do contrato, prestando as informações referentes à prestação dos serviços, bem como as correções de eventuais irregularidades na execução do objeto contratado.

2.12. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse da CONTRATANTE, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação.

2.13. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenta tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

2.14. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

2.15. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato.



2.16. Manter atualizados seu endereço, telefones e dados bancários para a efetivação de pagamentos.

2.17. Adotar os demais procedimentos necessários à boa execução do contrato.

2.18. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação da CONTRATANTE, informações adicionais, dirimir dúvidas e prestar orientação a respeito da prestação de serviços e assuntos afins.

2.19. Prestar adequado e suficiente treinamento para capacitação de membros da CONTRATANTE na utilização de sistema, a ser disponibilizado pela CONTRATADA.

2.20. Responsabilizar por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência do espólio, forem vítimas os seus empregados ou prepostos alocados à execução dos serviços objeto do presente CONTRATO, no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificados nas dependências da CONTRATANTE.

2.21. Abster-se, durante toda a vigência do presente contrato, de contratar, para qualquer finalidade, pessoal do quadro da CONTRATANTE.

2.22. Apresentar e manter pelo menos um preposto, durante a vigência do presente contrato, para fazer-se representar sempre que for necessário perante a CONTRATANTE.

2.23. Executar os serviços em estrita observância aos detalhamentos constantes no Anexo I - Termo de Referência, do Edital e seus anexos, do Pregão Eletrônico CBTARCO nº 005/2023.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3. São obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo dos compromissos assumidos por vinculação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2023:

3.1. Designar gestor para acompanhamento e fiscalização do presente contrato.

3.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos. anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

3.3. Atestar a execução do objeto por meio de gestor especificamente designado; e efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas pelo presente contrato.

3.4. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nas datas a conforme valores acordados.



CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A CONTRATADA só poderá prestar os serviços, bem como realizar as cobranças após 2 meses (60 dias) da data da assinatura do contrato, considerando este o prazo estipulado para que a Confederação Brasileira de Tiro com Arco notifique e proceda com a empresa atualmente em vigor a quebra de contrato.

4.2. A prestação dos serviços objeto deste contrato não cria qualquer tipo de vínculo empregatício ou encargo de origem trabalhista entre a CONTRATANTE e os funcionários da CONTRATADA, tampouco a responsabiliza por quaisquer pagamentos de origem fiscal, previdenciária ou comercial oriundos dos serviços prestados, ficando todos estes, portanto, ao exclusivo encargo da CONTRATADA.

4.3. A CONTRATADA não poderá transferir ou subcontratar os serviços previstos neste CONTRATO, no todo ou em parte, sem anuência expressa da CONTRATANTE.

4.4. Fica reservado à CONTRATANTE, o direito de reter quaisquer créditos porventura existentes em favor da CONTRATADA, independente da sua origem, enquanto existirem obrigações por ele não cumpridas, incluindo multas impostas e estabelecidas no Edital e danos causados à CBTARCO e /ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DOS PREÇOS

5.1. O VALOR GLOBAL MENSAL máximo estimado do presente contrato é de R\$ _____, ____ (_____), observados os valores vigentes, o correspondentes à proposta vencedora que servirão de base ao pagamento dos serviços efetivamente solicitados, ficando as partes cientes de que somente será devido pela CONTRATANTE o que efetivamente solicitado:

tabela vencedor

5.2. Por se tratar de mera estimativa de gastos, o VALOR GLOBAL MENSAL não só constitui, em hipótese alguma, compromisso para a CONTRATANTE, razão pela qual não poderá ser exigido nem considerado como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, sem que isso justifique qualquer indenização ao CONTRATADO.

5.3. As quantidades anuais indicadas no subitem 5.1 são estimativas, não obrigando a CONTRATANTE a requisitar quantidades de serviços que as atinjam ou pagar aquele valor.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA E DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

6.1. O faturamento e o pagamento serão realizados na forma prevista pelo Anexo I - Termo de Referência do presente contrato.



6.1.1. O pagamento será realizado mediante depósito ou transferência bancária, para a conta a seguir:

Banco:

Agência:

Conta corrente:

6.2. As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), deverão apresentar a cada pagamento, declaração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O presente contratado terá vigência a de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a lei vigente, a critério da CONTRATANTE, caso em que deverá haver reajuste até o limite calculado pela variação do IPCA apurado no período, de acordo com a negociação entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. O presente contrato terá sua gestão realizada pela área de Gestão de Contratos da CONTRATADA.

8.1.1. O presente contrato será fiscalizado por:

Nome.

Cargo:

Telefone:

E-mail:

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1. O presente contrato poderá ser alterado a qualquer tempo por acordo entre as partes e especialmente:

9.1.1. Unilateralmente pela Contratante:

a. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela lei.

9.1.2. Por acordo das partes



- a. Quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- b. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantida o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Ao contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, garantidos o contraditório e a prévia defesa, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à Contratada, as seguintes sanções:

(a) advertência;

(b) multas;

(c) suspensão do direito de participar dos processos seletivos da CBTARCO pelo prazo de 6 (seis) a 24 (vinte e quatro) meses, devendo a suspensão ser informada ao Comitê Olímpico e Paralímpico Brasileiros;

(d) declaração de inidoneidade para contratar com a CBTARCO e com as demais entidades do sistema, enquanto perdurarem os fatos que geraram a declaração de inidoneidade ou até que seja restabelecida sua condição de idoneidade, quando a empresa contratada não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

10.2. As penas acima poderão ser aplicadas cumulativamente e do seguinte modo:

(a) se por si, seus empregados ou prepostos, após assinado o contrato, a contratada descumprir qualquer condição estabelecida neste regulamento ou nos instrumentos que vierem a ser futuramente firmados pelas partes, serão notificados para que cumpram, dentro de prazos estabelecidos na própria notificação, a regularização do inadimplemento, sob pena de ser cobrada multa, observados os seguintes limites máximos:

(a.1) multa de 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o VALOR GLOBAL MENSAL estimado do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento) caso haja descumprimento parcial da obrigação não cumprida;

(a.2) atraso injustificado no atendimento sujeitará a participante à multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) sobre o valor total do contrato, ou se for o caso, sobre o valor correspondente à parte entregue com atraso;



(a.3) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato em caso de entrega de documentação falsa, fraude e/ou superfaturamento de despesas durante a execução do Contrato.

10.3. Para qualquer outro descumprimento que não os descritos no item 10.2 acima, das obrigações previstas neste Edital e no contrato que vier a ser assinado, findado o prazo da notificação relacionada e permanecendo o inadimplemento, a proponente que vier a ser contratada será penalizada com multa de 1% (um por cento) ao dia, calculado sobre o valor médio mensal do contrato que vier a ser firmado, até o limite de 10% (dez por cento).

10.4. A cobrança das multas previstas será realizada sem prejuízo de cobrança de indenização pelas perdas e danos sofridos pela CBTARCO.

10.5. Persistindo o inadimplemento, a CBTARCO poderá rescindir o contrato, sem prejuízo, nos termos dos artigos 408, 409, 411 e 416, do Código Civil, do pagamento de multa desde já fixada na quantia em reais correspondente a 10% (dez por cento) do valor total da proposta apresentada pela inadimplente, sem prejuízo da adoção de outras medidas.

10.5.1. No caso descrito no item 22.3, acima, a CBTARCO poderá, a seu critério, convocar o segundo colocado ou realizar novo processo seletivo, nos termos do Anexo 01, sendo responsabilidade da proponente que vier a ser contratada manter os serviços descritos no ANEXO 01 até que completada a transferência para a nova contratada, sem ônus para a CBTARCO.

10.6. A parte que exigir a pena convencional prevista no item 10.3, acima, não estará, nos termos do artigo 416, do Código Civil, obrigada a alegar ou provar eventual prejuízo, decorrente da inexecução da obrigação, podendo, ainda, com fundamento no que dispõe o parágrafo único, do mesmo artigo 416, do Código Civil, cobrar da parte inadimplente o prejuízo excedente.

10.7. Na condição do Contrato ser rescindido conforme item 10.5 acima, a proponente que vier a ser contratada poderá ser suspensa para participar dos processos seletivos realizados pela CBTARCO e, por consequência, de contratar com o mesmo, nos termos do item 10.1 "c".

10.8. A proponente vencedora deste processo de seleção poderá ser suspensa de participar dos processos seletivos realizados pela CBTARCO e, por consequência, de contratar com o mesmo, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses pelo descumprimento de qualquer disposição estabelecida nas cláusulas de Confidencialidade e Disposições Gerais deste Edital, sem prejuízo de cobrança de indenização pelas perdas e danos sofridos pela CBTARCO.

10.9. Fica reservado à CBTARCO o direito de reter ou abater de quaisquer créditos porventura existentes em favor da proponente que vier a ser contratada, independente da sua origem, enquanto existirem obrigações por ela não cumpridas, inclusive multas impostas em decorrência deste Contrato e danos causados pela vencedora à CBTARCO ou a terceiros em consequência do contrato que vier a ser assinado.

10.10. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da CBTARCO rescindir o Contrato através de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa e vista ao processo.



10.11. A cobrança da multa prevista, será realizada sem prejuízo de cobrança de indenização pelas perdas e danos sofridos pela CBTARCO e/ou terceiros.

10.12. A prática reiterada de descumprimentos obrigacionais, que resulte em um acúmulo de 03 notificações de advertências e/ou multas, poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato pela parte inocente, ficando sujeita a parte inadimplente, ainda, ao pagamento de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total anualizado do contrato que vier a ser celebrado, sem prejuízo da aplicação de multa, nos termos dos artigos 408, 409, 411 e 416, do Código Civil.

CLÁUSULA ONZE- DA RESCISÃO

11.1. Além das hipóteses de inadimplemento previstas, este Contrato poderá ser rescindido a critério da CBTARCO e mediante aviso prévio por escrito, com antecedência de 10 (dez) dias corridos, especialmente caso ocorra inexistência ou insuficiência de repasse dos recursos financeiros oriundos do COB ou do CPB, caso em que cessará a obrigação da CONTRATANTE e sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito de indenização ou reparação, ressalvando-se, apenas, ao direito do recebimento das prestações vencidas até a data da rescisão e pelos serviços já efetivamente prestados;

11.2. As partes estarão eximidas de suas responsabilidades e, conseqüentemente, da aplicação de quaisquer penalidades, nada podendo pleitear uma da outra, a que título for, em caso de força maior, greves ou atos de terrorismo, casos em que os serviços eventualmente ainda não prestados não serão reembolsados.

11.3. Os motivos de força maior que a juízo da CONTRATANTE possam justificar a suspensão da contagem de quaisquer prazos ou a prestação o serviço fora do prazo estipulado, somente serão considerados quando apresentados na ocasião das respectivas ocorrências. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não aceitas pela CONTRATANTE ou apresentadas intempestivamente

CLÁUSULA DOZE - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

12.1. O presente contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2023 e seus anexos, sendo todas partes integrantes do presente.

CLÁUSULA TREZE — DO FORO

13.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Maricá, RJ.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

**CONTRATANTE**

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXO III**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS, DE QUE NÃO EMPREGA MENORES E DE QUE CONHECE E ATENDE AO EDITAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023

(Nome da Proponente), CNPJ/MF Nº (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data:

- 1) Inexistem fatos impeditivos para habilitação no presente processo, estando ciente ainda da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 2) Não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 3) Conhecemos e atendemos ao Edital, tanto no que concerne à apresentação de documentação para fins de habilitação e cumprimento dos prazos impostos, quanto ao pagamento de taxa à Bolsa Brasileira de Mercadorias pela utilização de recursos de tecnologia da informação.

(Local e Data)

Assinatura e reconhecimento de firma

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)



OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da proponente e carimbada com o número do CNPJ

ANEXO IV
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
(Modelo)

Atestamos para os devidos fins que a empresa **[Razão Social da Empresa Participante]**, inscrita no CNPJ sob o Nº. **[da Empresa Participante]**, estabelecida na **[endereço da Empresa Participante]**, forneceu para esta empresa/Entidade **[Razão Social da Empresa Emitente do atestado]**, inscrita no CNPJ sob o Nº. **[CNPJ da Empresa Emitente do atestado]**, situada no **[endereço da Empresa Emitente do atestado]**, serviço(s) cotado(s), abaixo especificado (s), no período de (__/__/__ a __/__/__):

OBJETO SERVIÇO/ENTREGUE: (descrever o fornecimento dos serviços)

VALOR GLOBAL MENSAL (R\$): (se possível).

Atestamos ainda, que tal (is) fornecimento (s) está (ão) sendo / foi (ram) executado (s) satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Local e Data

[Nome do Representante da Empresa Emitente]

Cargo / Telefone

OBSERVAÇÃO: EMITIREM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA/ ENTIDADE OU IDENTIFICÁ-LA LOGO ABAIXO OU ACIMA DO TEXTO, COM NOME, CNPJ, ENDEREÇO, TELEFONES, FAX E E-MAIL.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA (Modelo)

O TEXTO ABAIXO DEVE SER INSERIDO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA CANDIDATA. OS CAMPOS DEVEM SER PREENCHIDOS E O DOCUMENTO DEVE SER DATADO E ASSINADO PELO REPRESENTANTE LEGAL.

Declaramos para os devidos fins que:

- I. As informações fornecidas durante o processo de credenciamento da Confederação Brasileira de Tiro com Arco são verdadeiras;
- II. Toda a documentação jurídica e fiscal mencionada no Edital está devidamente regularizada, cientes de que a falta de qualquer um dos documentos impede a contratação de nossa empresa pela Confederação Brasileira de Tiro com Arco;
- III. Compreendemos que o processo de credenciamento da empresa não implica na contratação de serviços. A contratação de serviços somente se dará quando houver demanda, obedecendo sempre os critérios dispostos no Edital;
- IV. Estamos cientes do disposto neste Edital e das condições de contratação de nossa empresa;
- V. Estamos cientes que semestralmente será necessária apresentação da documentação da empresa com objetivo de para atualização cadastral;
- VI. Estamos cientes que os serviços a serem prestados no âmbito da Confederação Brasileira de Tiro com Arco, serão formalizados via contrato de prestação de serviços, cuja assinatura será realizada descrever como será realizado, se de forma presencial ou eletrônica;
- VII. Compreendemos e aceitamos que o acesso ao sistema é realizado via login e senha exclusivos e intransferíveis, disponibilizados unicamente ao representante legal da empresa;
- VIII. Conhecemos e aceitamos o ônus de zelar pelas informações recebidas (login e senha), reconhecendo que a manifestação realizada via sistema acessado com login e senha obrigará a empresa, nos termos do contrato e Edital;
- IX. Reconhecemos e aceitamos que a declaração de vontade expressada via sistema e assinatura digital substituirão completamente a assinatura física do documento;
- X. Conhecemos e aceitamos que o login e a senha a serem informados são únicos e exclusivos, sendo vedada sua disponibilização para terceiros;
- XI. Que cumprimos todas as disposições contidas no contrato de Contratação de Serviços, gerado via sistema;
- XII. Que a empresa credenciada: é optante do Simples () não é optante do Simples ()

- XIII. Estamos cientes acerca dos processos para contratação de aquisição de bens pela Confederação Brasileira de Tiro com Arco;
- XIV. Estamos cientes acerca do processo de pagamento pelos serviços realizados;
- XV. Esses são os dados Bancários da empresa para pagamento pela Confederação Brasileira de Tiro com Arco: (banco, agência e conta corrente).
- XVI. Por fim, informamos que nossa empresa possui, atualmente, [informar quantidade] empregados registrados pelo regime da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

[Cidade], [dia], de [mês], de [2023].

Nome e assinatura:

[Representante legal da pessoa jurídica]

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE
(MODELO)

Nome do Órgão:

Ref. Edital de Seleção N.º _____, inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade N.º _____ e do CPF n.º _____, declara sob as penas da Lei, para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº 05/2023**, a inexistência de fato superveniente impeditivo da sua habilitação e que:

- a. os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações;
- b. não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
- c. inexistente fato superveniente impeditivo da assinatura deste contrato;

X-x-x-x-x-xx-, _____ de 2023.

(Assinatura, nome e cargo do representante legal da participante)

Obs.: 1) Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO E EXPLORAÇÃO DE MÃO DE OBRA
INFANTIL E ADOLESCENTE

(MODELO)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu representante legal Senhor _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF sob o nº _____, para fins de prova junto a Confederação Brasileira de Tiro com Arco.

E em atendimento ao **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023**, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, DECLARO que esta instituição não pratica ou aceita a exploração de trabalho escravo ou degradante, a exploração sexual de menores e a exploração de mão de obra infantil e adolescente.

Local, _____ de _____ de 2023.

Atenciosamente,

Assinatura Representante Legal do participante

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP
(Modelo)

À

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO– CBTARCO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, domiciliada em _____,

DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no art.3º da Lei Complementar 123/2006, que:

- a) se enquadra como () MICROEMPRESA-ME ou () EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP;
- b) a receita bruta anual da empresa não ultrapassa o disposto nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar 123/2006;
- c) não tem nenhum dos impedimentos do §4º do art.3º da mesma lei, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Assinatura do contrato

Anexo IX - Modelo de carta proposta para prestação de serviços

A Confederação Brasileira de Tiro com Arco,

Prezados Senhores,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023

Carta Proposta para prestação dos Serviços

Apresentamos nossa proposta para prestação de serviços conforme Anexo 01 que integra o instrumento convocatório do processo seletivo em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

2. CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege o presente processo seletivo.

Item	Especificação	Valor Unitário MENSAL R\$	Valor Total ANUAL R\$
1	Contratação de Pessoa Jurídica, especializada em assessoria contábil e fiscal, assessoria de departamento pessoal e outros serviços correlatados para		

	<p>cumprir as demandas da Confederação Brasileira de Tiro com Arco, durante o prazo de 12(doze) meses, podendo ser prorrogável conforme a legislação vigente, conforme condições, orientações e exigências, descritas no presente neste Edital e em seus Anexos</p>		
--	---	--	--

VALOR GLOBAL MENSAL CONSIDERADA A SOMA DE TODOS OS SERVIÇOS PRECIFICADOS PELOS PARTICIPANTES: R\$_____ (valor por extenso)

2.1.1. O perfil de serviço apresentado nesta proposta não representa, compromisso futuro de qualquer natureza entre a CBTARCO e a empresa signatária desta proposta.

2.1.2. A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

2.2. O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento, bem como todas as obrigações contidas neste Edital e seus anexos.

2.3. Ao final da sessão de disputa de valores essa planilha deverá ser reduzida proporcionalmente ao percentual de redução do lance vencedor.

LOCAL E DATA

ASSINATURA

CARIMBO DA PROPONENTE

Firma reconhecida

(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE)

Anexo X - Ficha técnica descritiva

FICHA TÉCNICA DESCRITIVA DO OBJETO
Pregão Eletrônico nº 005/2023
Entidade Compradora: Confederação Brasileira de Tiro com Arco
Estimativa: Preencher a tabela que se encontra nas páginas subsequentes, com todas as informações exigidas.
Preço global, somadas todas as taxas, resultando na proposta cujo valor consta abaixo: R\$ _____ (por extenso).
Prazo de validade da proposta: 60 dias, conforme estabelecido no Edital:
Declaramos, para todos os fins de Direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (Edital).
Declaramos, ainda, que estamos enquadradas no Regime de Tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. (Somente na hipótese de o participante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP, para as demais, favor excluir este campo)
Data:

Item	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
		MENSAL	ANUAL
		R\$	R\$
1	Contratação de Pessoa Jurídica, especializada em assessoria contábil e fiscal, assessoria de departamento pessoal e outros serviços correlatos para cumprir as demandas da Confederação Brasileira de Tiro com Arco, durante o prazo de 12(doze) meses, podendo ser		

	prorrogável conforme a lei vigente, conforme condições, orientações e exigências, descritas no presente neste Edital e em seus Anexos		
--	---	--	--

VALOR GLOBAL MENSAL CONSIDERADA A SOMA DE TODOS OS SERVIÇOS PRECIFICADOS PELOS PARTICIPANTES: R\$_____ (valor por extenso)

OBSERVAÇÃO:

1. Os documentos anexados durante a inserção da proposta, não poderão ser identificados, ou seja, não será admitida a veiculação do nome ou de seus representantes legais, bem como será vedado à utilização de material timbrado, ou qualquer outro meio que facilite a identificação do participante.
2. A participante deverá inserir todos os itens em uma única proposta, e confirmar a efetiva transferência, no ato de salvar no site da BBMNET.

Local e data.